



ObservaDF

Número 07 - 2023

**HÁBITOS SUSTENTÁVEIS E DESIGUALDADES
AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL**

Autoria

RENNÓ, Lúcio - IPOL/UnB

BERTHOLINI, Frederico - IPOL/UnB

CABELLO, Andrea - FACE/UnB

NOGALES, Ana Maria - IE/UnB

VIANA, Guilherme - DAI/DPO/UnB

Hábitos Sustentáveis e Desigualdades Ambientais no Distrito Federal

Introdução

Questões relativas ao meio ambiente têm ganhado cada vez mais destaque no debate público. Seja pela sensação vivida com o clima – mais calor, mais enchentes, mais secas, mais frio – seja pela intensidade do debate nos meios de comunicação, o meio ambiente está cada vez mais politizado e embriçado em controvérsias.

No Distrito Federal, essa questão emerge em várias dimensões. Há poucos anos, o racionamento de água foi uma realidade dura na região. Foi então que a antiga Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), agora Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), realizou sua primeira pesquisa de opinião pública sobre o tema. Cabia investigar os hábitos de consumo de água da sociedade e suas perspectivas sobre o tema mais geral da política ambiental no DF. Embora o problema da água tenha encontrado soluções, a problemática do meio ambiente segue sendo premente na agenda pública distrital. Além disso, os termômetros não nos deixam dúvidas de que há uma radicalização das temperaturas, ora muito frias, ora muito quentes. As chuvas, por sua vez, ao mesmo tempo que trazem um alento à secura típica do Planalto Central, também aumentam as preocupações com inundações, desmoronamentos e erosões.

Portanto, a discussão sobre política ambiental está relacionada diretamente com a qualidade de vida da população. A presença de parques ambientais, de limpeza urbana e de espaços verdes nos remete a uma vida saudável, prazerosa, que permite à pessoa distração e envolvimento com a natureza em um ambiente livre de poluição e sujeira. Dessa forma, entender as percepções da população sobre o meio ambiente e a política ambiental como parte cotidiana da vida em sociedade e do bem-estar individual e coletivo é fundamental para situarmos a temática de forma central na agenda pública.

Este relatório analisa pesquisa de opinião pública com a população urbana do Distrito Federal coletada no mês de agosto de 2023, enfocando nos hábitos e visões da população sobre a conservação e preservação do meio ambiente e do espaço público. Foram ouvidas 1000 pessoas como parte de uma amostra representativa da população do DF, espalhadas por 31 Regiões Administrativas, estratificadas em conglomerados com base na renda média da população. Como é habitual nos estudos do ObservaDF, daremos especial atenção às diferenças e semelhanças entre as respostas de moradores de regiões distintas, com base no cálculo da renda média, diferenciando cidades de renda alta, média-alta, média-baixa e baixa, usando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF) e estabelecidos pelo atual IPEDF.

Resumo

- Dados baseados em pesquisa de opinião pública com amostra de 1000 casos da população urbana do DF coletados em agosto de 2023.
- O viés de aceitabilidade social é mais marcante em perguntas sobre consumo de água e energia elétrica: as pessoas são bem mais críticas sobre o comportamento alheio.
- Poeira, lixo e animais abandonados são os principais problemas ambientais perto da residência.
- Quanto mais baixa a renda, maior a percepção de que há esgoto e água suja na rua e de que há lixo jogado na rua.
- Quanto mais baixa a renda, menos as ruas são arborizadas e mais ruídos altos há: desigualdade no conforto térmico e acústico.
- Quanto mais baixa a renda, maior a percepção que há animais abandonados na rua.
- A percepção geral do meio ambiente é mais negativa para quem mora em cidades de renda baixa e para os mais jovens.
- Metade da população tem animais domésticos e isso não varia por região de renda: 45,9% têm cachorros.
- O uso do Hospital Veterinário é de 42,5% nas cidades de renda mais baixa.
- Frequência de uso de parques ecológicos é afetada por renda: a renda mais baixa usa bem menos do que as pessoas em cidades de renda mais alta. Pessoas mais idosas usam menos os parques.
- Jovens e pessoas que moram em cidades de renda baixa são mais pessimistas sobre as expectativas de diminuição dos problemas ambientais no futuro.
- As pessoas são vistas como um dos principais grupos responsáveis pelos problemas de água e com maior capacidade de redução dos problemas do clima e aquecimento. Responsabilidade da sociedade sobre a questão ambiental.

A conservação e preservação dos recursos naturais e públicos do DF

O primeiro tema que tratamos é o conjunto de hábitos e práticas da população do DF acerca de recursos naturais e bens públicos. Distinguimos aqui as práticas declaradas da população e suas visões sobre os padrões gerais ou coletivos de comportamento. Dessa maneira, podemos controlar por um problema comum neste tipo de pesquisa – a desejabilidade social. Esse viés ou distorção em pesquisas de opinião pública ocorre quando tendemos a não reconhecer nossos comportamentos que são tidos como socialmente indesejáveis. Ou seja, declaramos nos comportar de uma forma que entendemos ser mais desejável para a sociedade, ao invés de reconhecer hábitos que

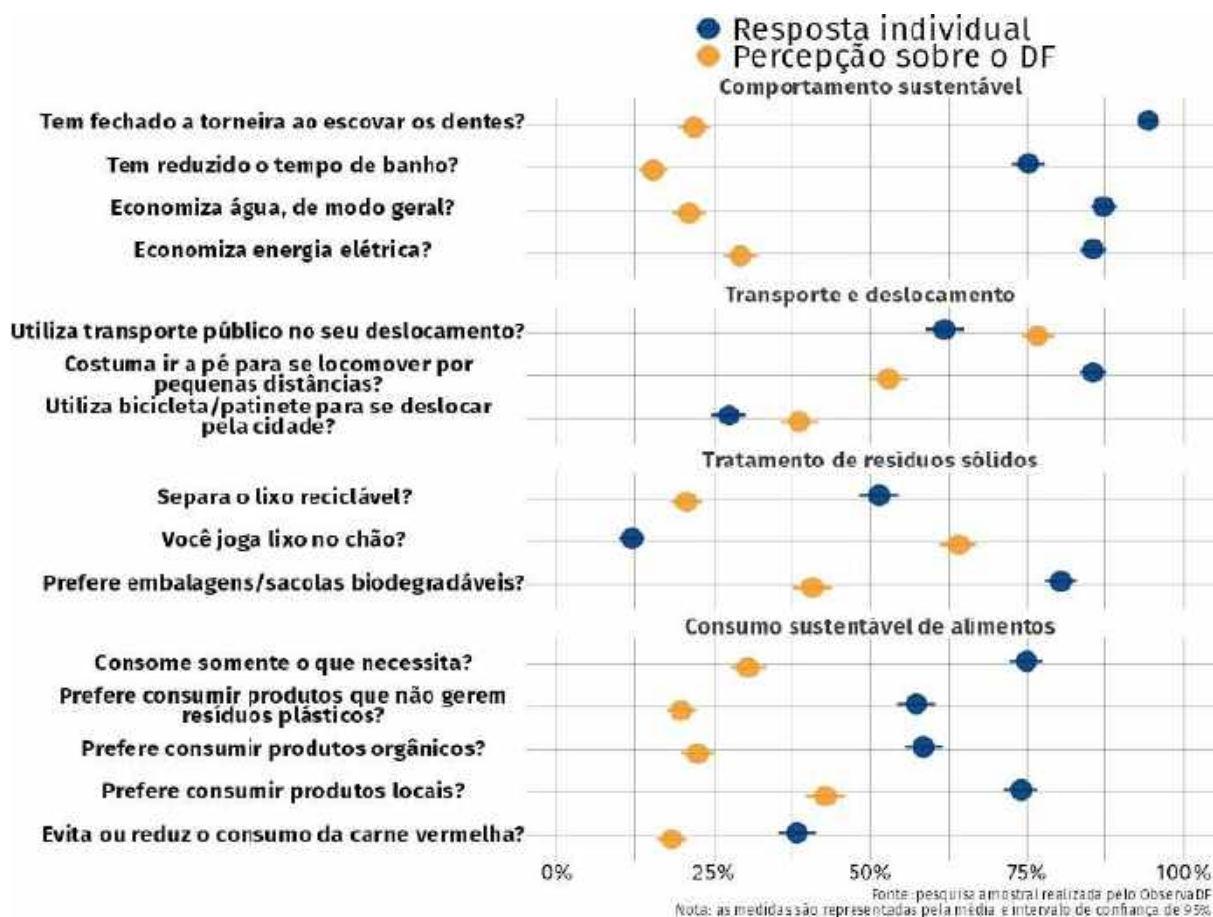
sejam menos desejáveis. A fim de termos um parâmetro comparativo, perguntamos não só o que os(as) entrevistados(as) fazem, mas também o que pensam que a maior parte da população no DF faz. As disparidades entre os padrões de resposta nos mostram como as pessoas são mais críticas do comportamento alheio do que de seu próprio, conforme figura 1.

Para cada item que perguntamos sobre o comportamento individual da amostra, perguntamos também o que pensa que a maioria das pessoas no DF faz. As diferenças são marcantes. Enquanto quase a totalidade dos entrevistados alega desligar a torneira, reduzir o tempo de banho, economizar água e energia elétrica e não jogar lixo no chão, a maioria tem a percepção que as demais pessoas, como um todo, não fazem o mesmo. Ou seja, na maioria dos hábitos diários de conservação dos recursos naturais e do cuidado com espaço público, prevalecem visões muito mais críticas ao que a população faz do que ao que a pessoa admite fazer. Claramente há um viés de aceitabilidade social nesses itens e uma demonstração clara da gravidade da questão para a sociedade como um todo. Nesse sentido, há um entendimento claro de que coletivamente não fazemos esforços para economizar recursos naturais e coletivos e há comportamentos predominantemente indesejáveis da população.

Já no que tange os hábitos de alimentação, as diferenças são menores, embora ainda presentes. Assim, ainda prevalecem percepções negativas da população sobre consumo moderado de alimentos, consumo de produtos que geram resíduos plásticos ou uso de sacolas plásticas e consumo de alimentos locais e orgânicos. Ou seja, o consumo consciente é algo que cada um de nós faz, mas não a sociedade como um todo.

No uso de modais não motorizadas e coletivas é que as diferenças são menores, mas talvez mais por uma questão de necessidade do que de consciência. Assim, o uso de transporte público é visto como generalizado. Já o uso de bicicletas é ainda diminuto, assim como o de andar a pé, sendo que quem foi entrevistado tende a pensar que as pessoas em geral andam menos a pé do que poderiam.

Figura 1: Hábitos cotidianos de preservação e conservação.



E como esses comportamentos variam por cidades com grupos de renda distintos? Não há diferença para os hábitos de consumo de água e energia (figura 2), para o tratamento dos resíduos sólidos no domicílio (figura 3), consumo sustentável de alimentos (figura 4) e uso de modais de transporte não motorizadas ou coletivas (figura 5). Há uma leve tendência do grupo de renda mais alta de admitir, com menos frequência, que faz esses comportamentos, mas o padrão geral do DF não se altera nesses itens por grupo de renda.

Ou seja, tanto em cidades mais ricas quanto mais pobres, os padrões de visões críticas da sociedade são sempre mais frequentes. Portanto, podemos entender que os problemas citados são graves em todas as cidades, independente de renda.

Figura 2: Hábitos de consumo sustentável por situação de renda.

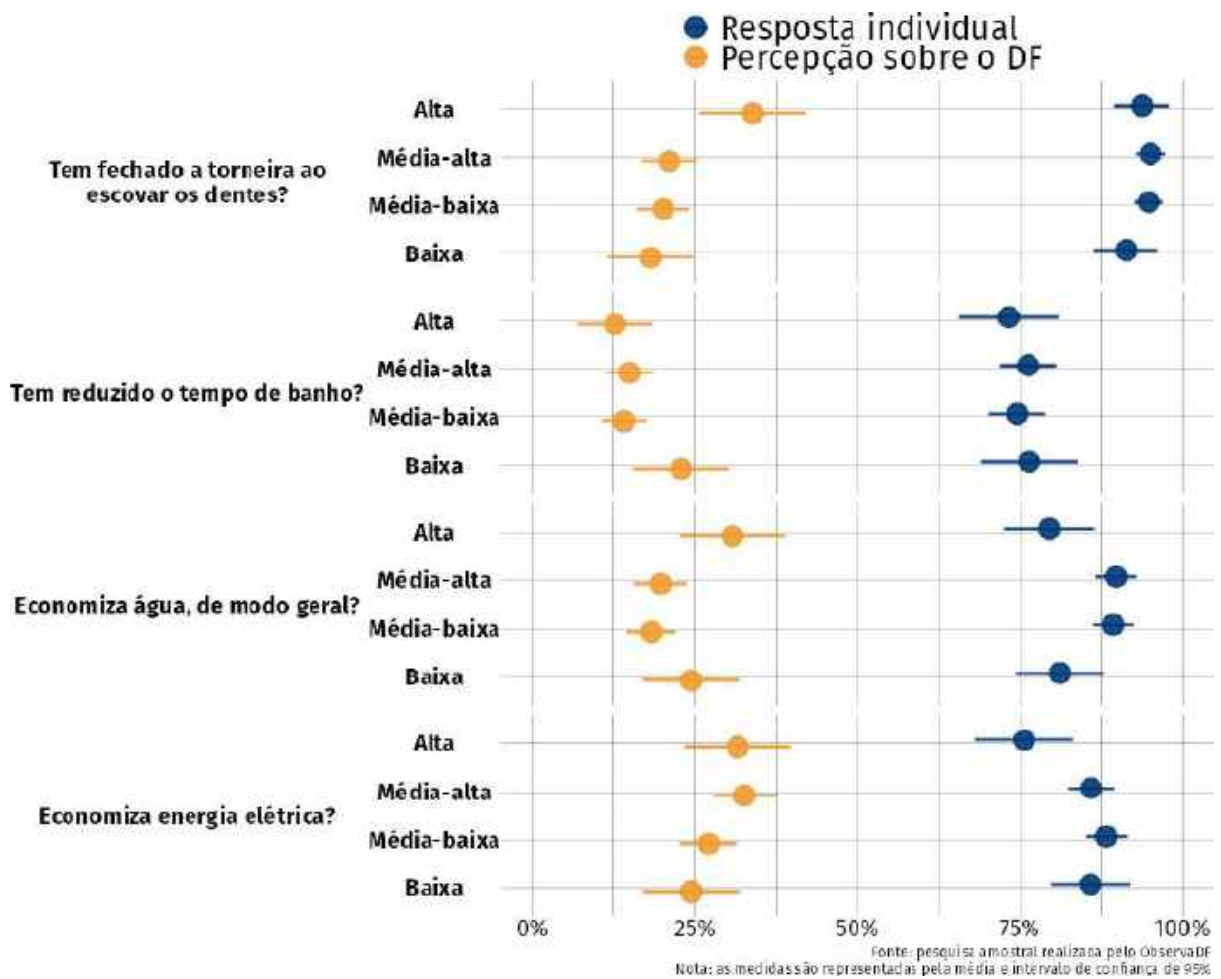


Figura 3: Tratamento de resíduos sólidos por situação de renda.

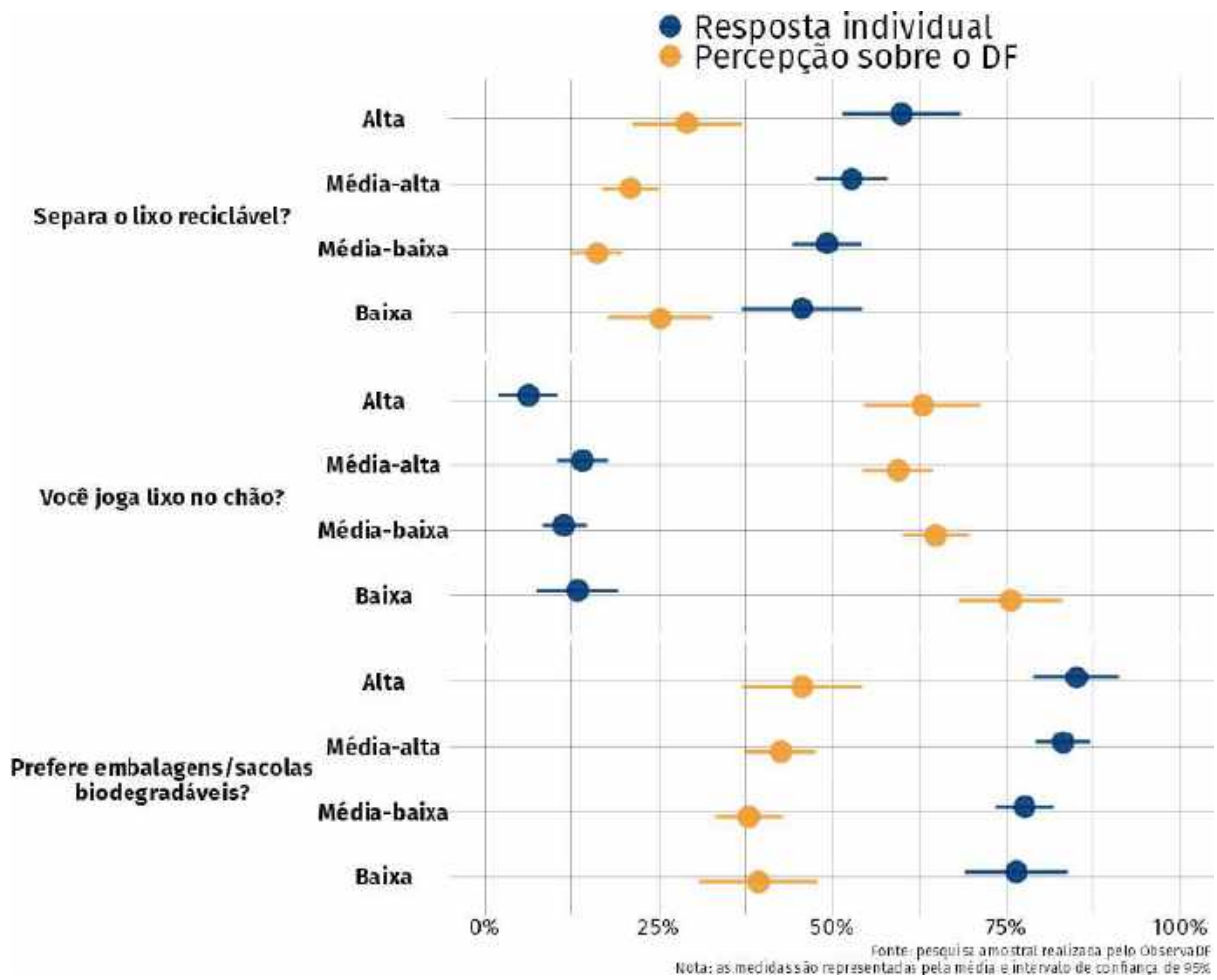


Figura 4: Consumo sustentável de alimentos por grupo de renda.

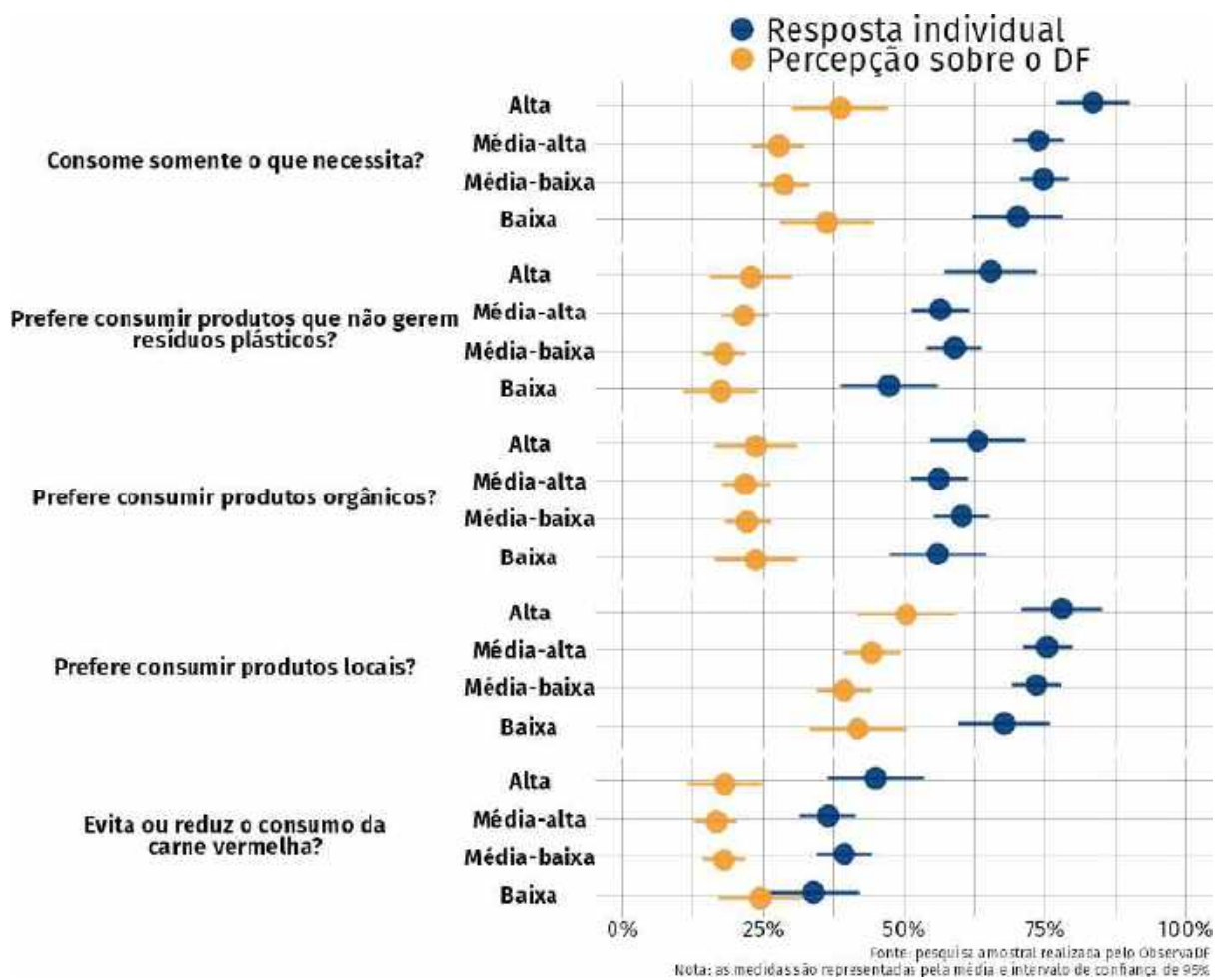
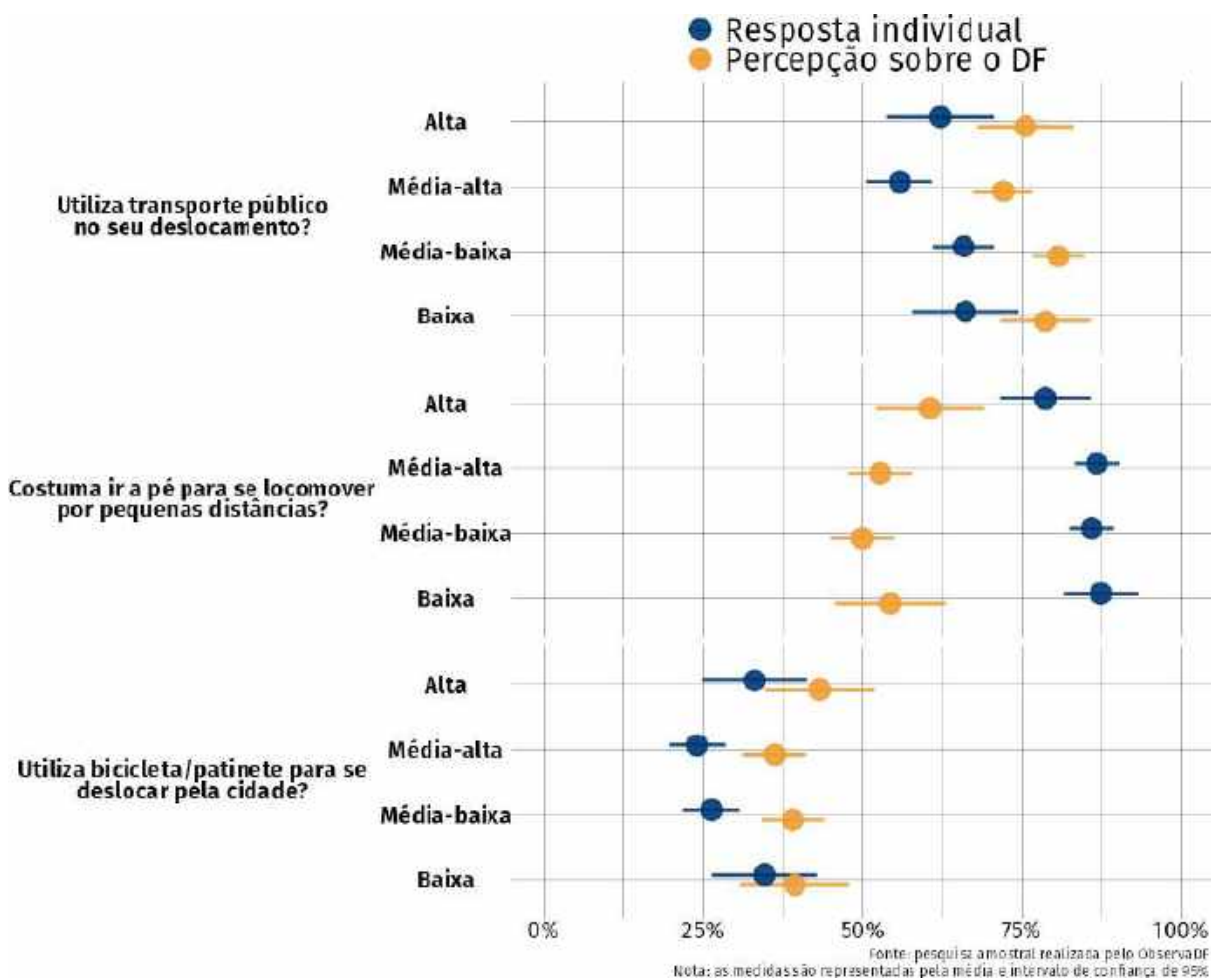


Figura 5: Padrões de uso de transporte público e deslocamento.

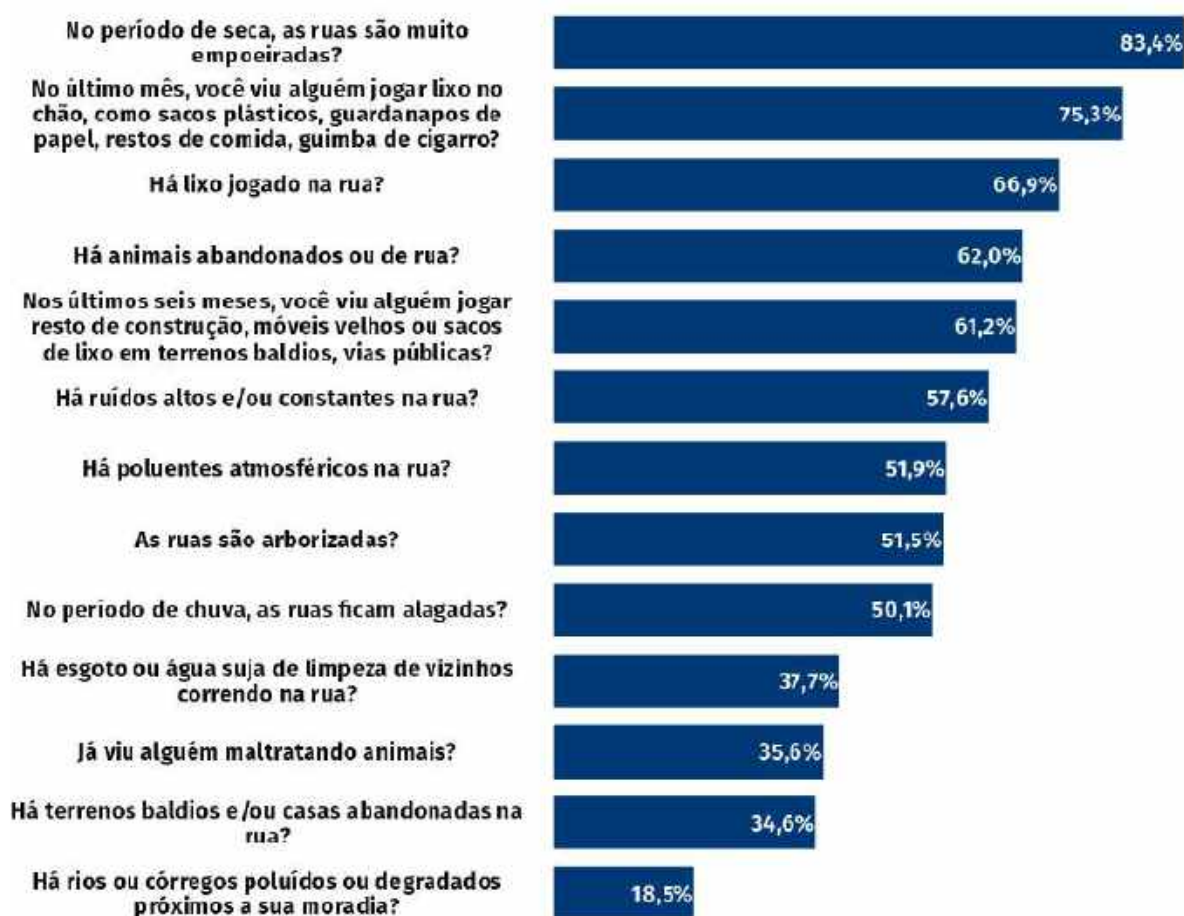


A condição ambiental e de infraestrutura da região onde mora

O próximo tema tratado foi a avaliação das condições na região em que mora. Pedimos às pessoas entrevistadas que descrevessem os possíveis problemas relativos às condições de meio ambiente e infraestrutura que ocorrem na localidade onde moram. O quadro é preocupante. Poeira, lixo, animais abandonados, entulho de obras e barulho afetam a maioria dos respondentes. De forma um pouco menos aguda, mas ainda sendo mencionado por 50% da amostra, os alagamentos são um problema. Para uma grande parte dos entrevistados, quando não chove o problema é a poeira; quando chove, inunda (figura 6).

Felizmente, a ausência de tratamento de esgoto, maltrato a animais em vias públicas, corpos d'água poluídos e terrenos baldios são mais raros, mas ainda assim estão presentes para quase um terço dos entrevistados.

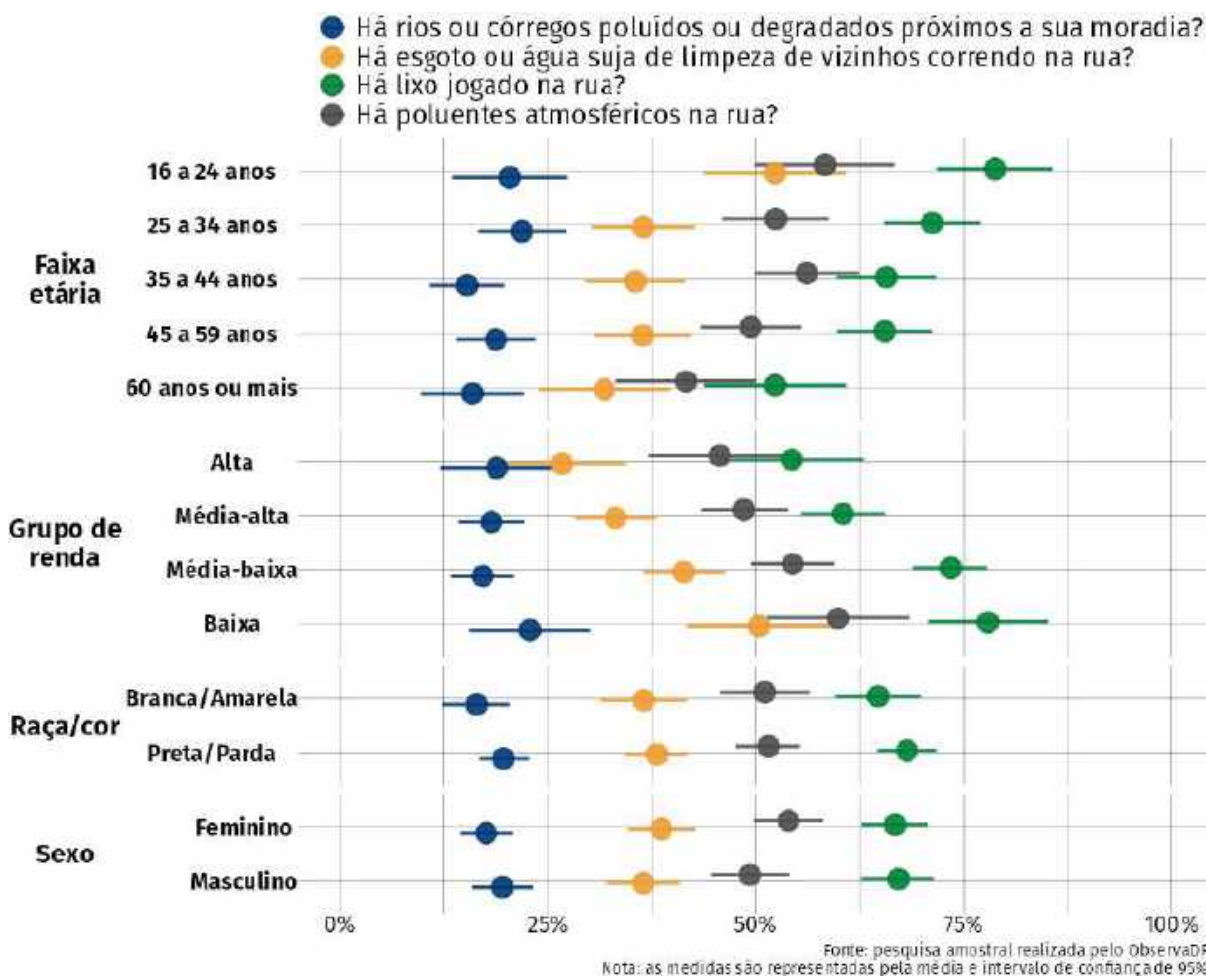
Figura 6: Qualidade do ambiente perto da residência.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

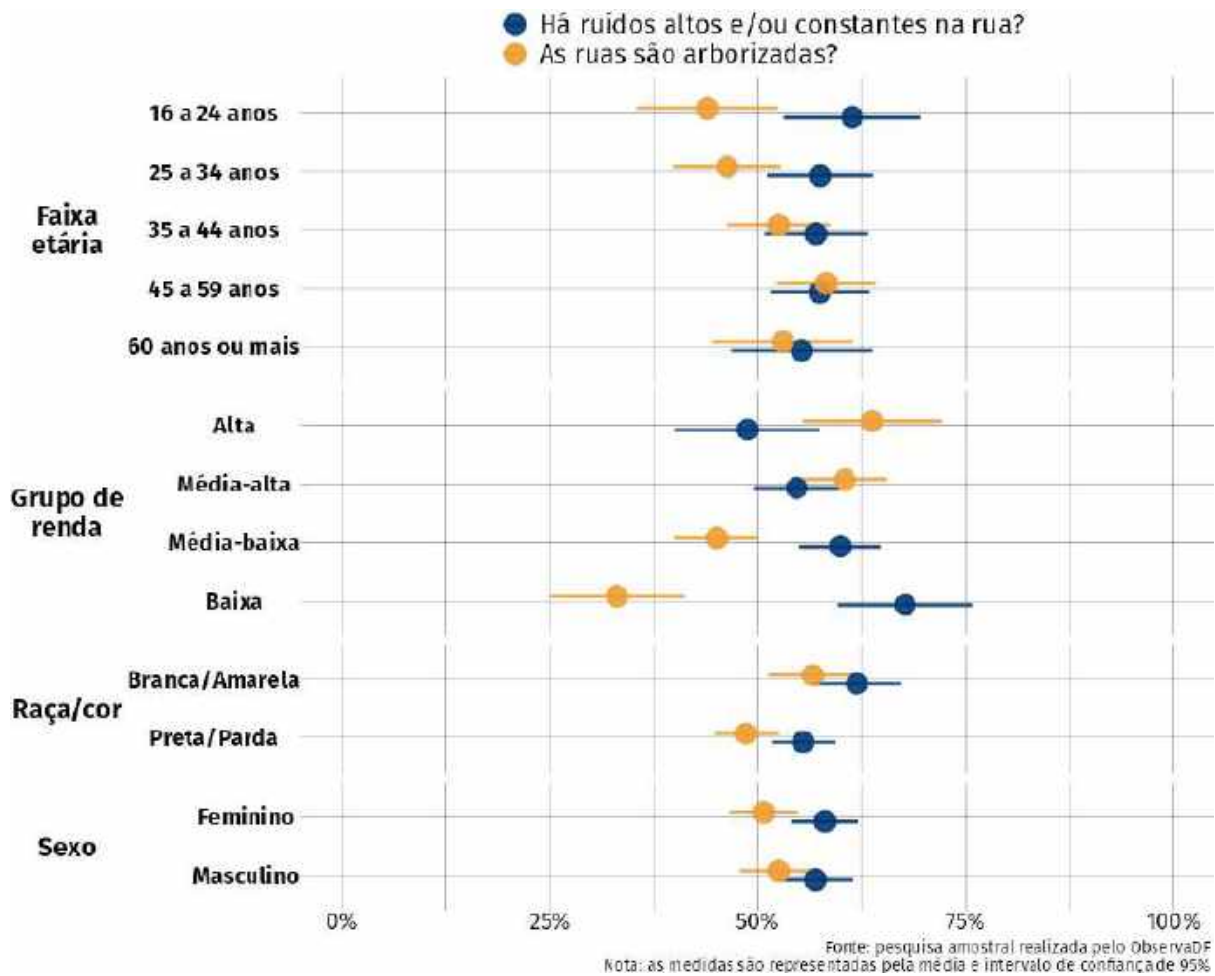
Exploramos a seguir como características socioeconômicas, como grupo de renda e idade, afetam as percepções sobre as condições locais de moradia (figura 7). Jovens tendem a ser mais críticos dos locais de moradia no que tange a presença de poluentes e sujeira do que pessoas com mais idade. Para as pessoas em cidades de renda mais baixa, há mais exposição a esgoto e água suja na rua e lixo nas ruas do que em cidades de renda mais alta. Não há diferenças marcantes nas percepções por sexo e raça.

Figura 7: Condições ambientais – poluição, por desagregações diversas.



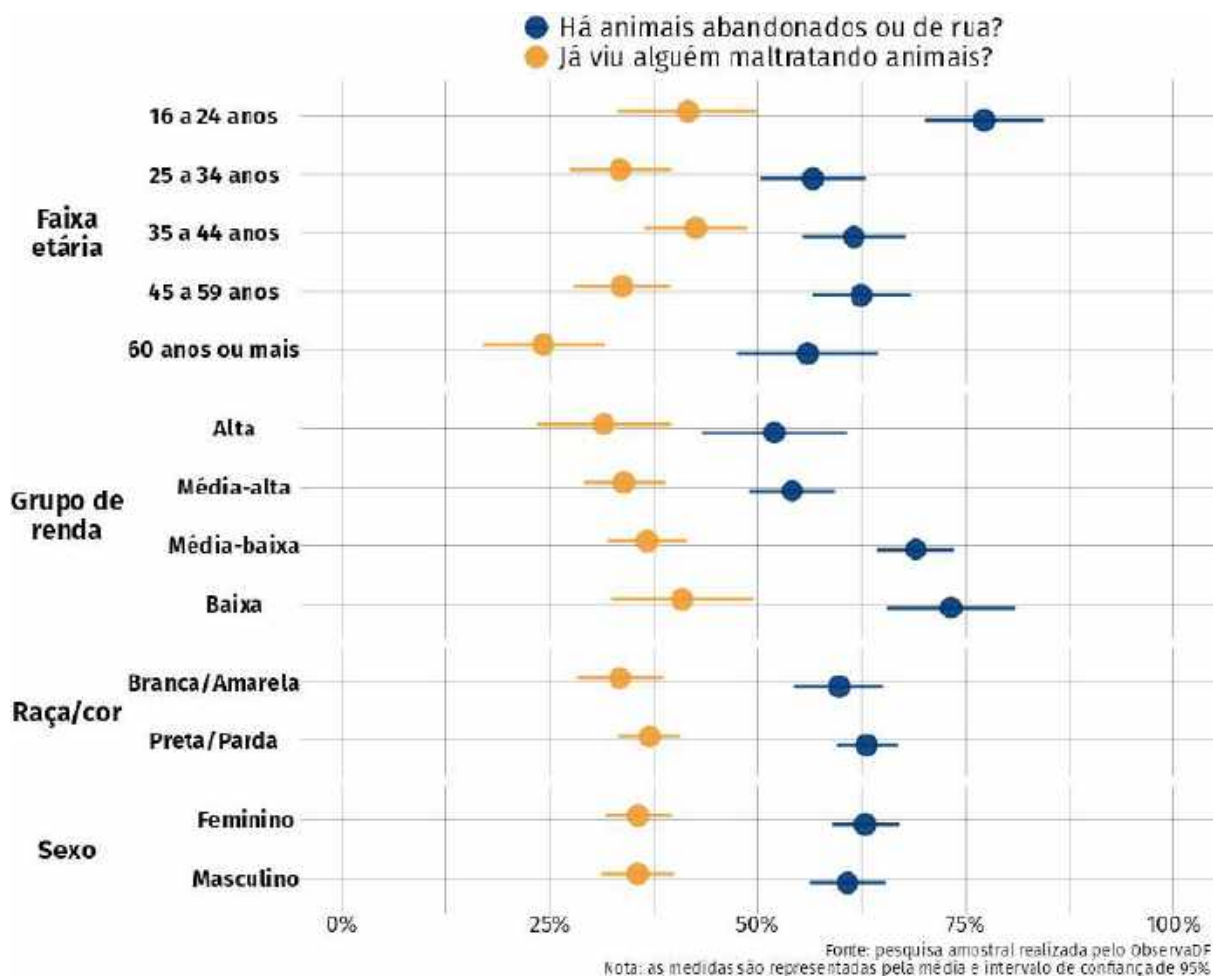
Os próximos itens tratam da presença de ruídos e arborização, elementos que afetam a qualidade de vida diretamente, seja gerando conforto térmico ou acústico quanto sensação de contato com a natureza (figura 8). A principal e mais preocupante diferença nessas questões é entre as cidades de distintas faixas de renda. Quanto mais baixa a renda, menor a arborização e maior o ruído e barulho. Pessoas em cidades de renda baixa tem uma situação térmica e acústica muito pior do que pessoas em cidades ricas, afetando o bem-estar e a saúde. Não há tantas diferenças para outras categorias, como idade, sexo e raça.

Figura 8: Condições ambientais – impacto climático por desagregações diversas.



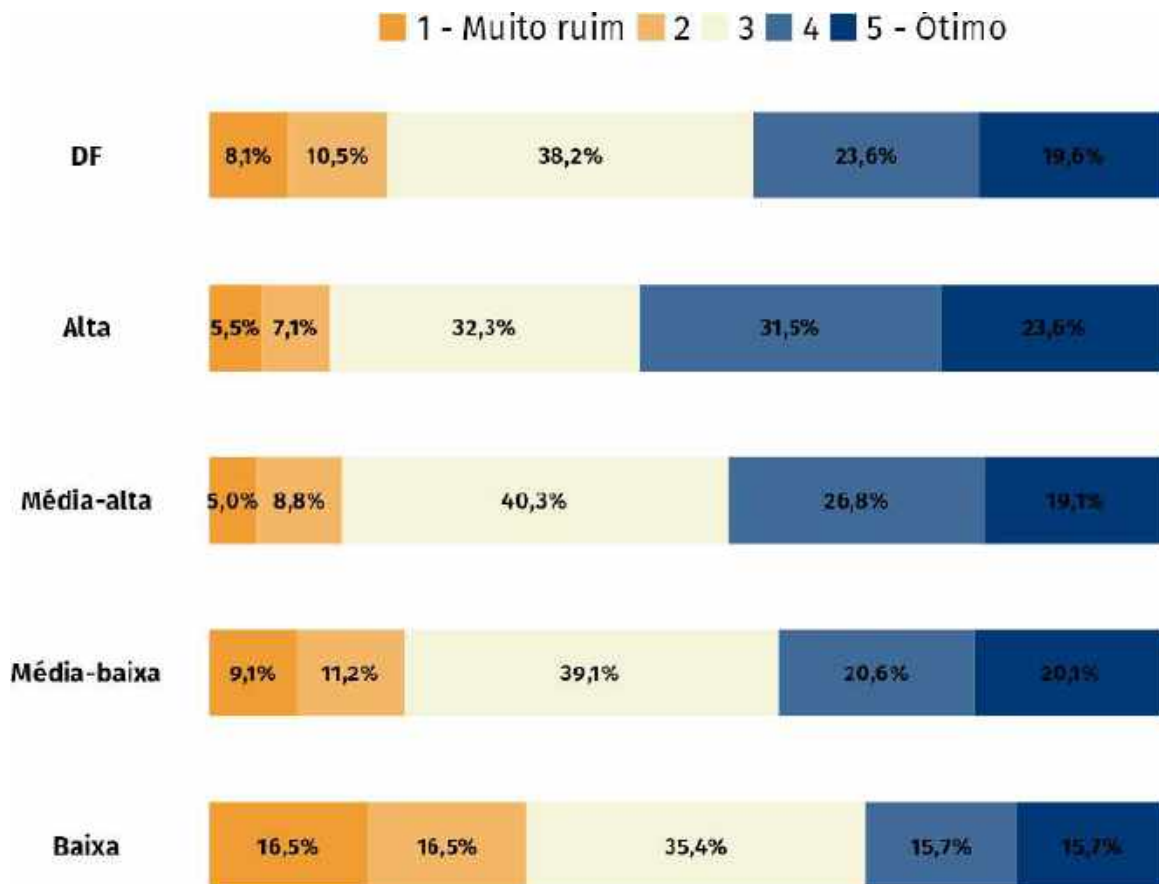
No que tange ao tratamento a animais (figura 9), vemos, novamente, uma diferença grande entre cidades ricas e pobres. Há muito mais animais abandonados nas cidades mais pobres do que nas ricas. Isso mostra que a agenda de pauta animal é uma questão extremamente importante nas cidades mais pobres. Preconceituosamente associada apenas a animais de estimação, este é, na verdade, um problema de zoonose e saúde pública grave, que novamente assola de forma mais aguda as regiões mais pobres do Distrito Federal. A visão sobre o maltrato aos animais varia menos pelos diferentes fatores, indicando que não se trata de uma questão de renda, dentre outras.

Figura 9: Trato de animais por desagregações diversas.



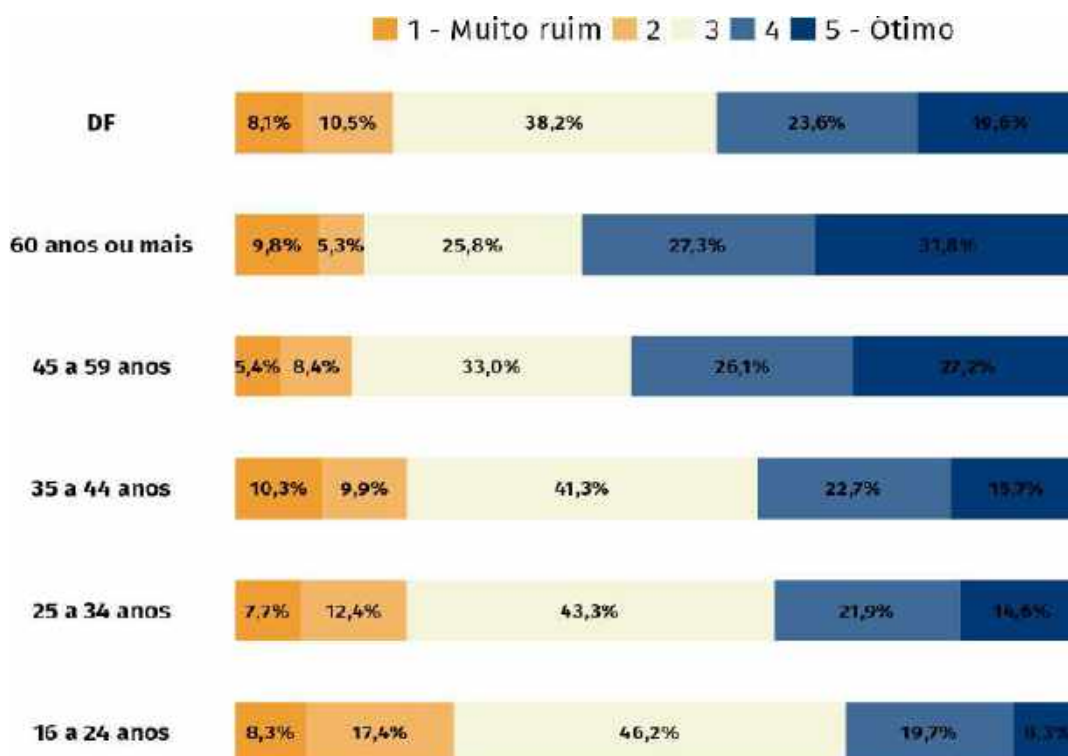
As próximas figuras avaliam uma percepção geral sobre a qualidade do meio ambiente perto do local de moradia. Novamente, a questão da renda é fundamental (figura 10). Em cidades mais ricas, a incidência de satisfação com o local é muito superior à das cidades mais pobres, e a insatisfação muito maior nessas últimas do que nas primeiras. Para os mais jovens (figura 11) há um padrão semelhante: tendem a viver em locais em que estão menos satisfeitos.

Figura 10: Qualidade do meio ambiente perto de casa por grupo de renda.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Figura 11: Qualidade do meio ambiente perto de casa por faixa etária.

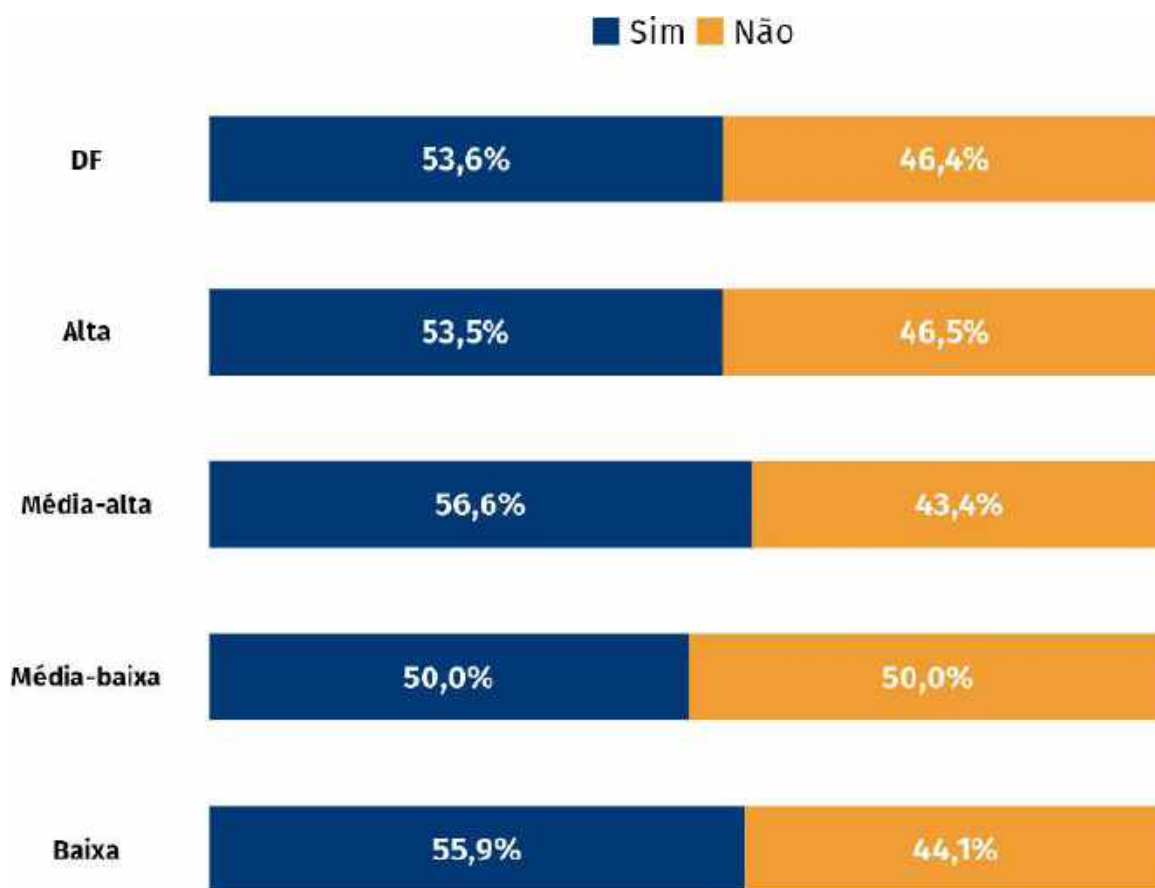


Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Como a questão animal tem sido cada vez mais presente no debate público, procuramos saber a incidência de animais de estimação nos lares do DF. A maioria dos entrevistados afirmou ter animais domésticos, embora em volume menor do que foi identificado pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021. Aqui a porcentagem chega a 53,6% (figura 12), enquanto na PDAD era de 60%¹. De toda sorte, são números próximos, principalmente quando se considera a margem de erro de nossa pesquisa, em seu valor mais elevado. Portanto, confirma-se a presença significativa de animais domésticos no DF, reafirmando a importância política da causa animal e seu potencial econômico.

¹<https://www.planopiloto.df.gov.br/2022/05/09/pesquisa-revela-que-60-dos-brasilienses-tem-animais-domesticos>

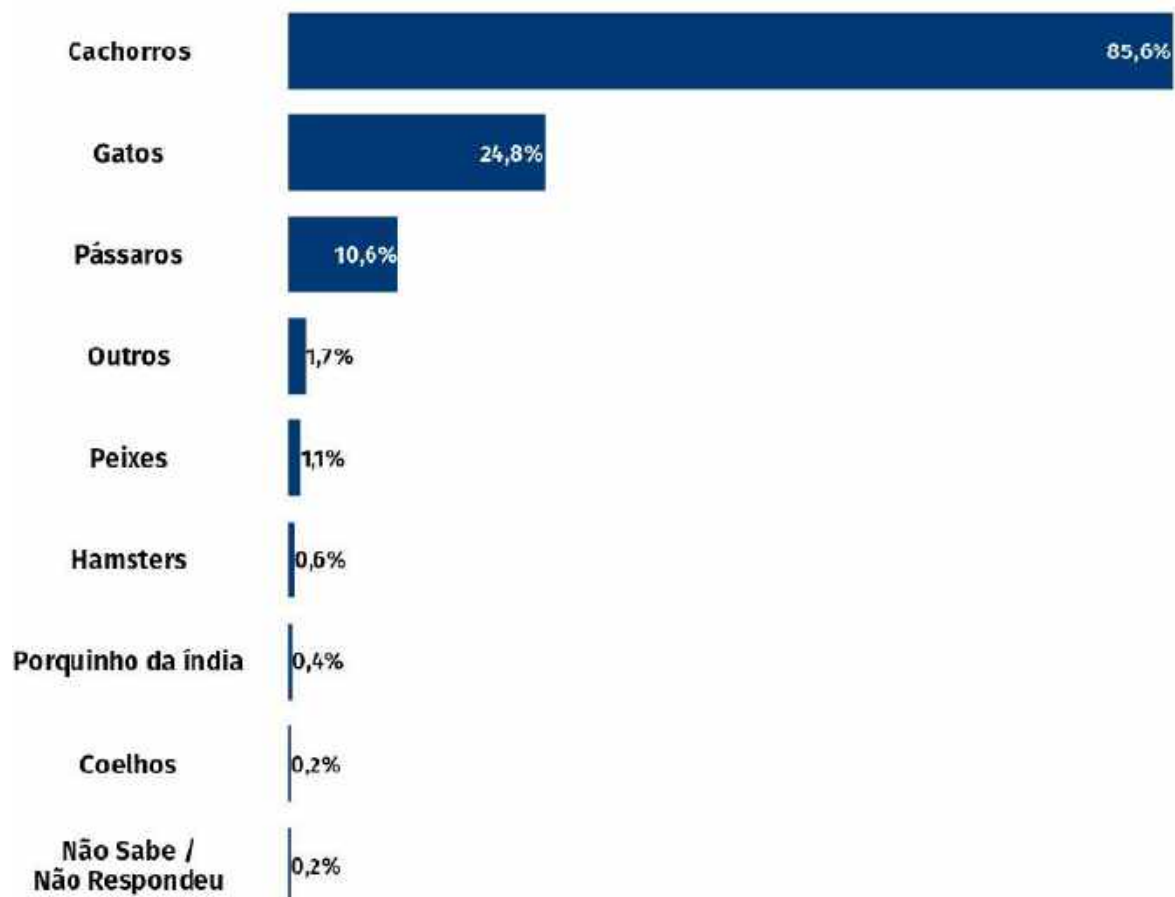
Figura 12: Ter animais domésticos por grupo de renda.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

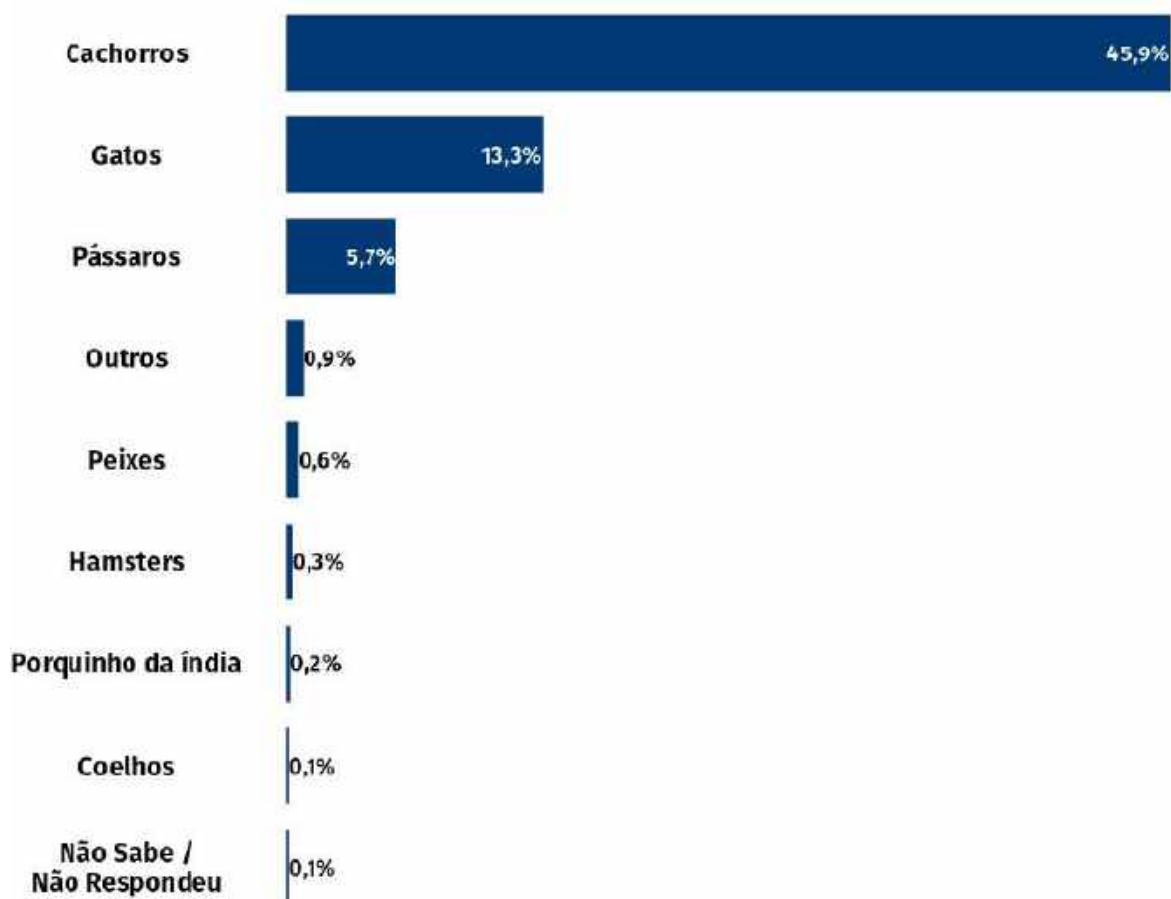
Dentre os animais domésticos mais comuns, cachorros são os mais predominantes (figura 13), seguido bem de longe por gatos, mesmo padrão encontrado pela PDAD da Codeplan em 2021. Em relação a todos os entrevistados, quase metade deles afirmou ter um cachorro (figura 14).

Figura 13: Qual animal doméstico tem (percentual em relação ao total de respondentes que afirmaram ter um animal doméstico).



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

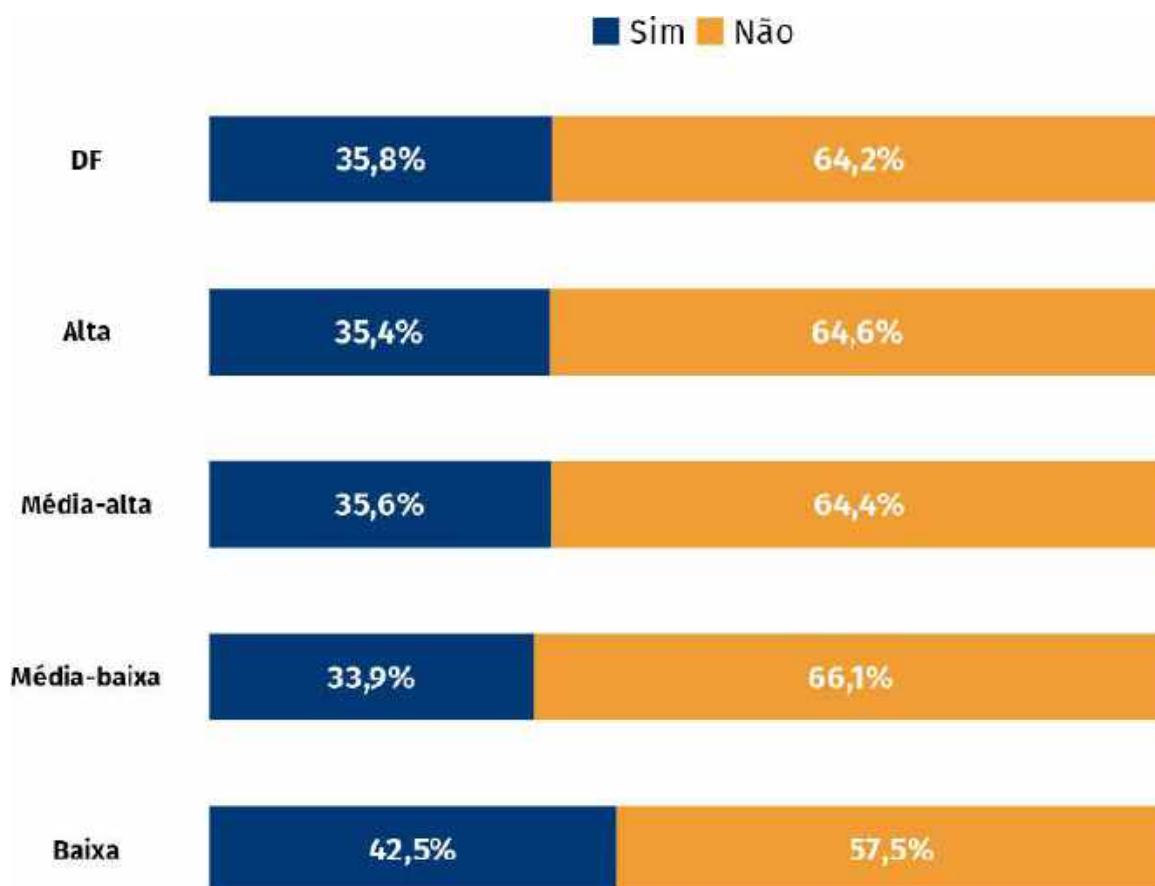
Figura 14: Qual animal doméstico tem (percentual em relação ao total da amostra).



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Já o uso do hospital público veterinário é bem menos comum, principalmente entre os grupos de renda mais elevada (figura 15). Um terço dos entrevistados nessas regiões usou o hospital veterinário, valor menor do que nas cidades de renda mais baixa, que chega a 42,5%. Esses números não são desprezíveis e mostram também como o Hospital Veterinário é útil para a população de mais baixa renda, criando uma alternativa que provavelmente antes não havia.

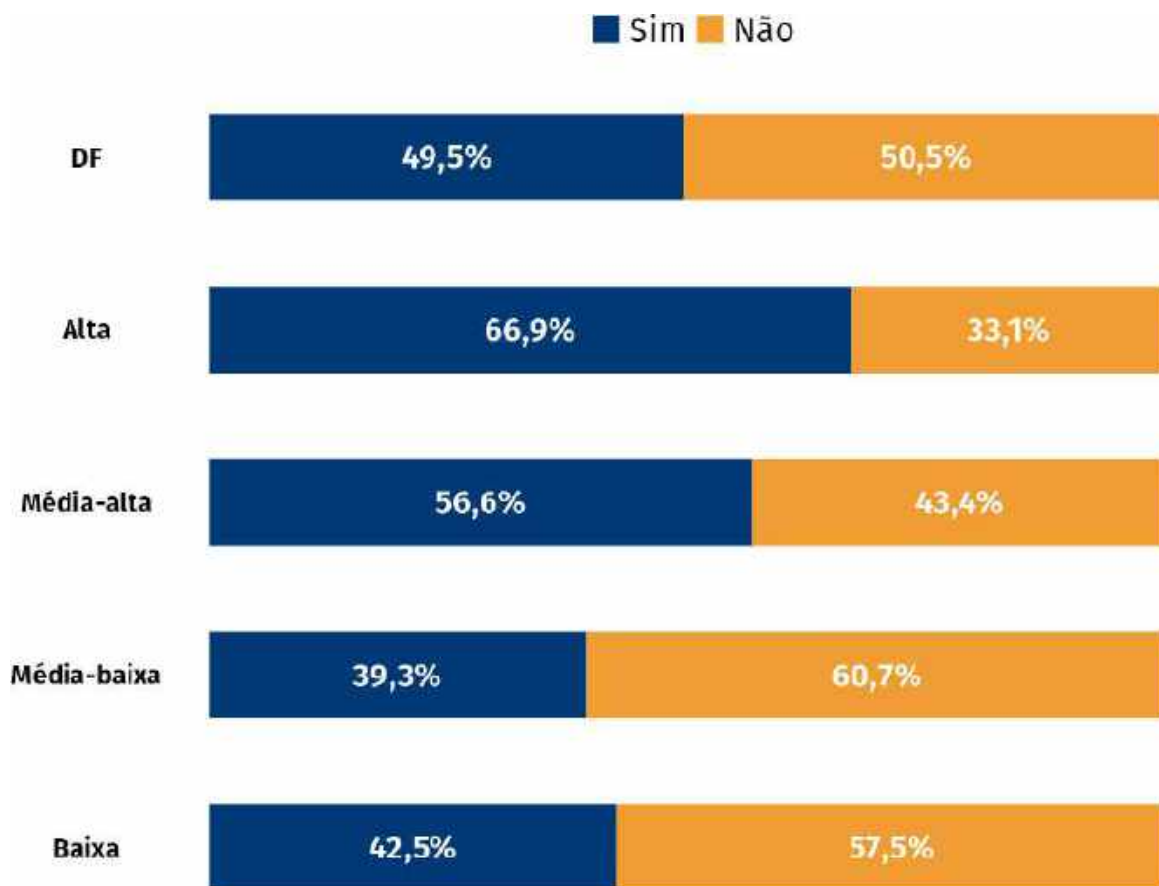
Figura 15: Utilizou ou conhece alguém que tenha utilizado serviços do Hospital Público Veterinário do DF por grupo de renda.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Outra política pública muito importante na área ambiental é a de parques ecológicos. Conforme apontam os dados (figura 16), metade dos respondentes declarou utilizar esses parques, mas esse número muda muito quando comparamos por renda. A incidência no grupo de renda mais alta é muito superior aos demais, chegando a dois terços dos entrevistados. Já nas de renda mais baixa, o uso é menos frequente do que o geral do DF e bem menos do que das cidades mais ricas. Novamente a desigualdade do Distrito Federal se reflete no acesso a bens públicos de lazer, algo já encontrado em pesquisas anteriores do ObservaDF.

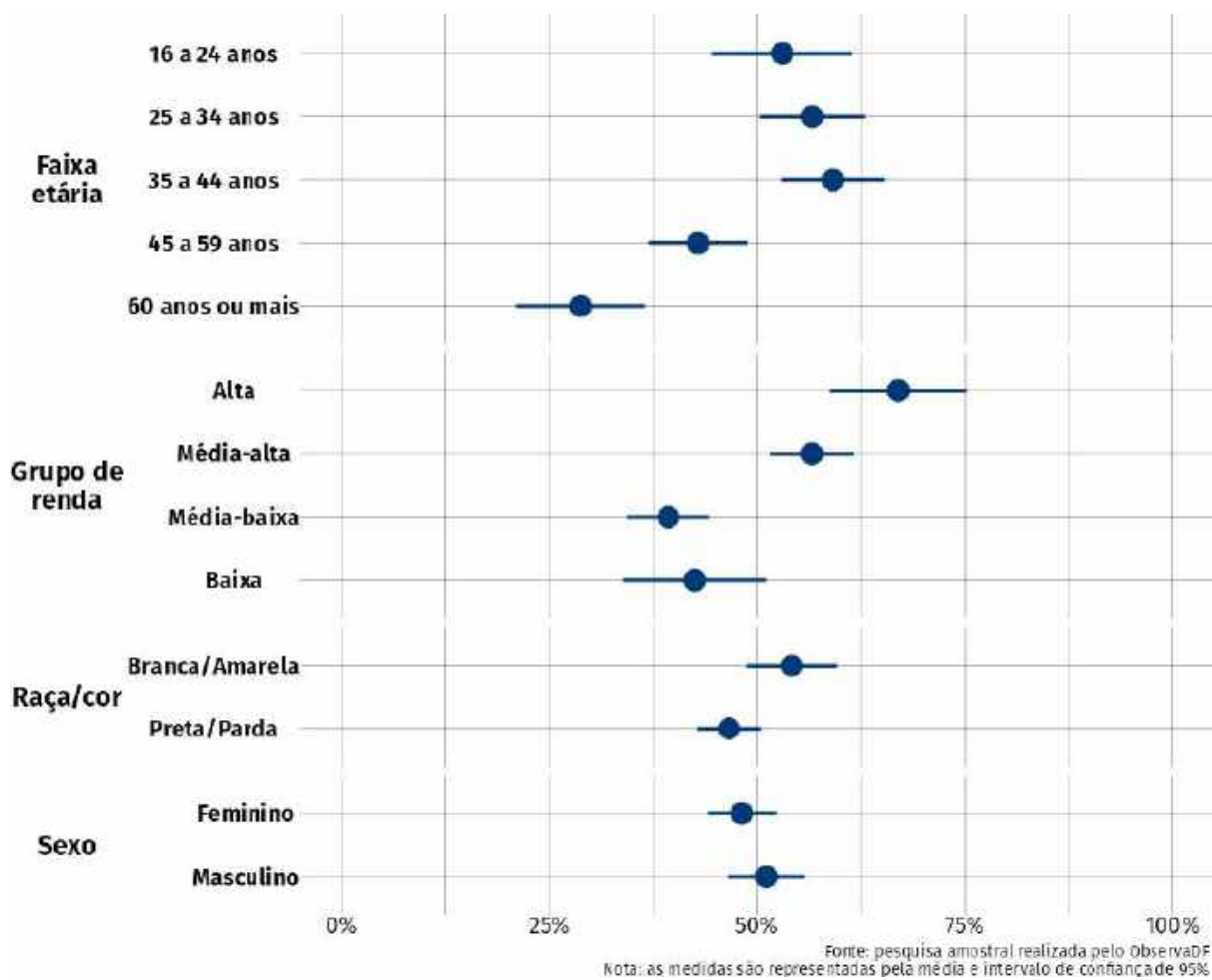
Figura 16: Frequenta parques ecológicos no DF por grupo de renda.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

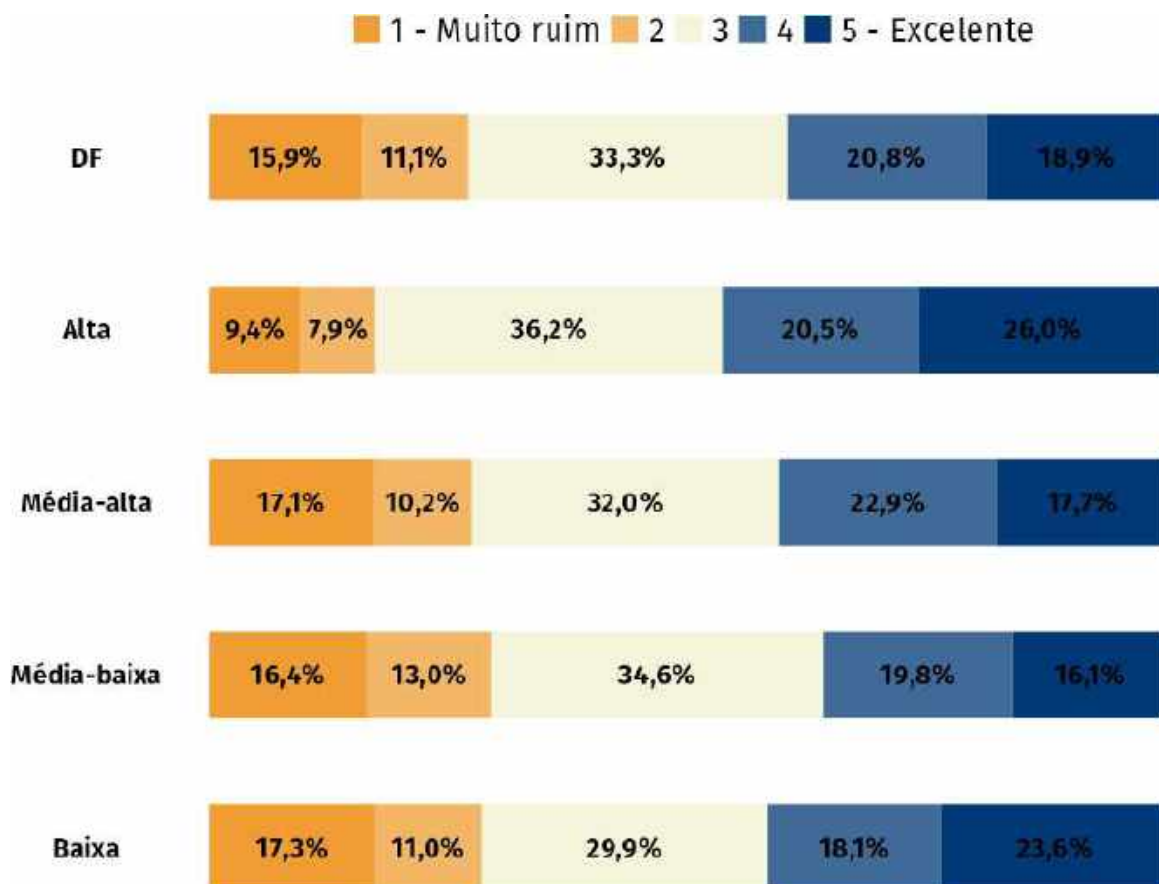
Além das diferenças de renda, bastante marcantes, há também uma diferença relevante de faixa etária (figura 17). Jovens usam mais parques ecológicos do que pessoas idosas. Até a faixa de 44 anos o uso é crescente, tendo uma queda após essa faixa e ainda mais acentuada na última faixa etária, de 60 anos ou mais. Ademais, os parques são mais acessados por pessoas brancas e homens, embora estas distinções sejam menores do que as anteriores. De qualquer forma, é interessante notar como os parques ecológicos são principalmente mais utilizados por homens, brancos e ricos.

Figura 17: Frequenta parques ecológicos no DF por desagregações diversas.



As avaliações populares sobre o desempenho do governo na administração dos parques ecológicos tendem a ser mais positivas do que negativas (figura 18). Isso é ainda mais acentuado entre os usuários que moram em cidades mais ricas.

Figura 18: Avaliação do cuidado com os parques ecológicos pelo Governo do DF por grupo de renda.

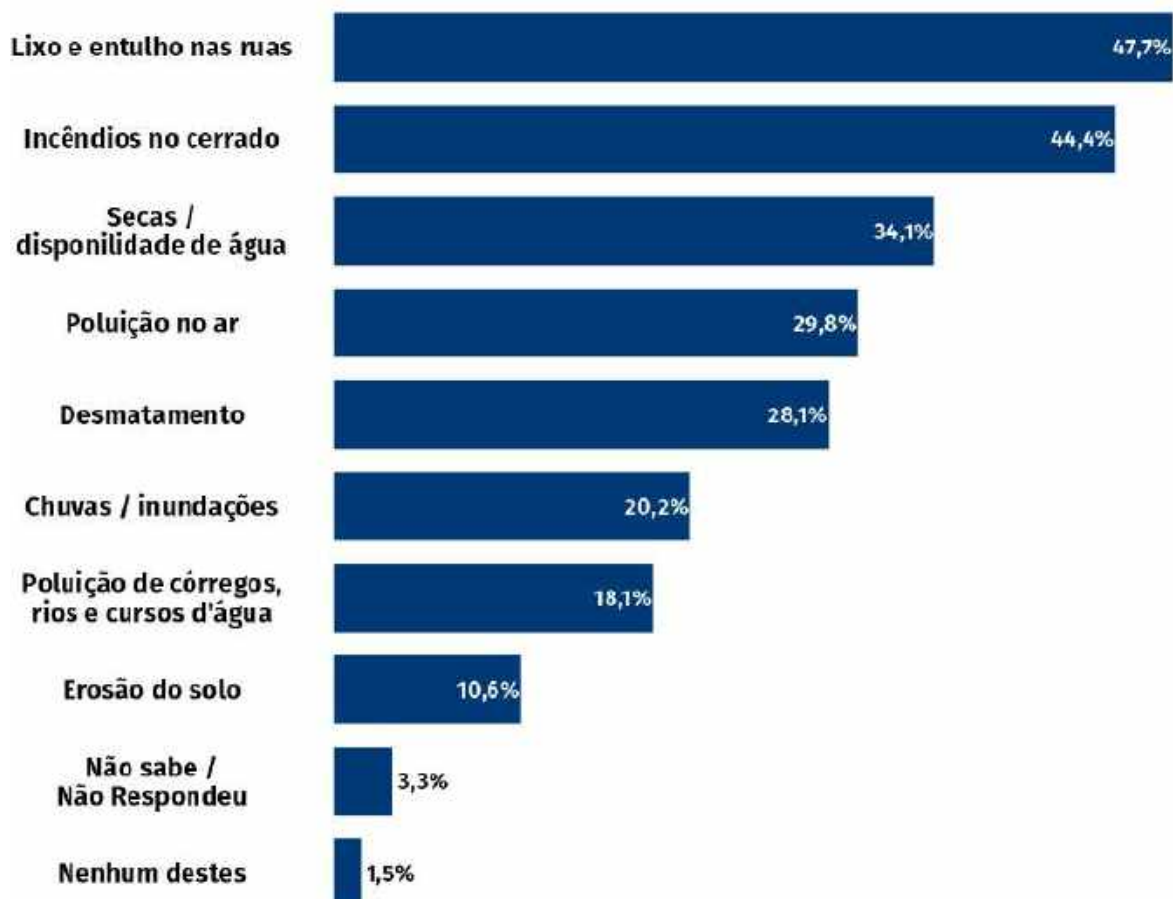


Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Os problemas ambientais e as expectativas para o futuro

Por último, passamos a pensar quais são os principais problemas ambientais no DF e quais as expectativas sobre esses problemas no futuro. Lixo, incêndios florestais e seca, com consequências para a disponibilidade de água, são as principais preocupações das pessoas no Distrito Federal (figura 19), típico do clima da nossa região e que exige atenção constante das autoridades.

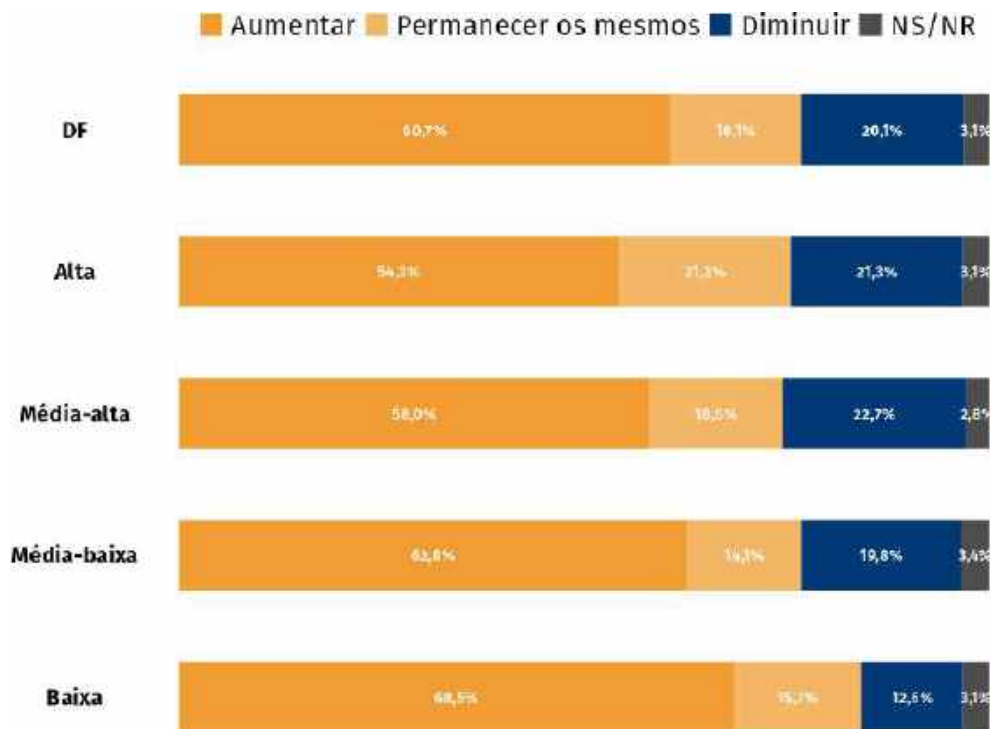
Figura 19: Quais são os principais problemas ambientais no DF.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

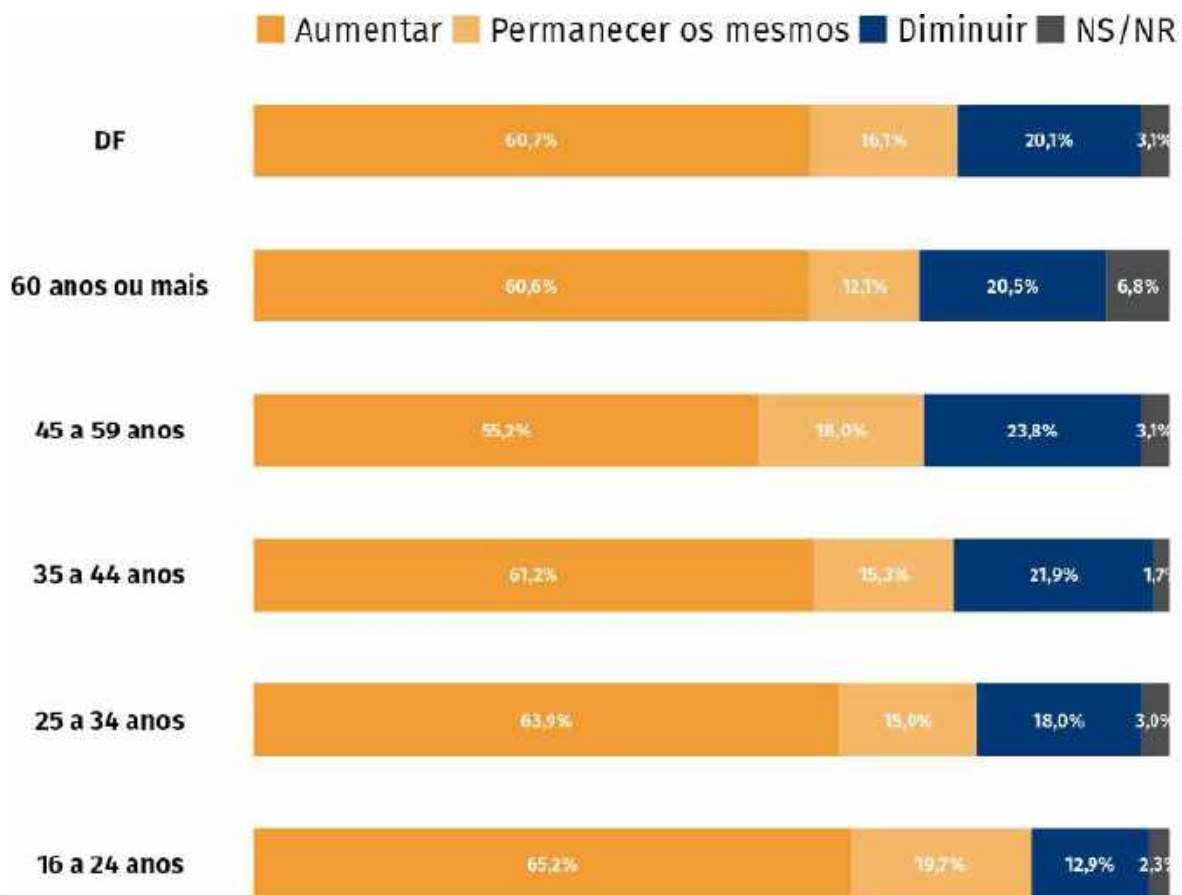
As expectativas sobre o futuro são pessimistas, especialmente para as pessoas que moram em cidades de renda mais baixa (figura 20). Para quase dois terços dos entrevistados, a situação vai piorar, e para quase 70% daqueles em cidades de renda média-baixa essa será a realidade do futuro. Isso reflete a avaliação negativa da situação presente e as expectativas sobre o que se pode fazer para resolver o problema. Jovens são também mais descrentes de melhorias futuras (figura 21).

Figura 20: Expectativas sobre os problemas ambientais por grupo de renda.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

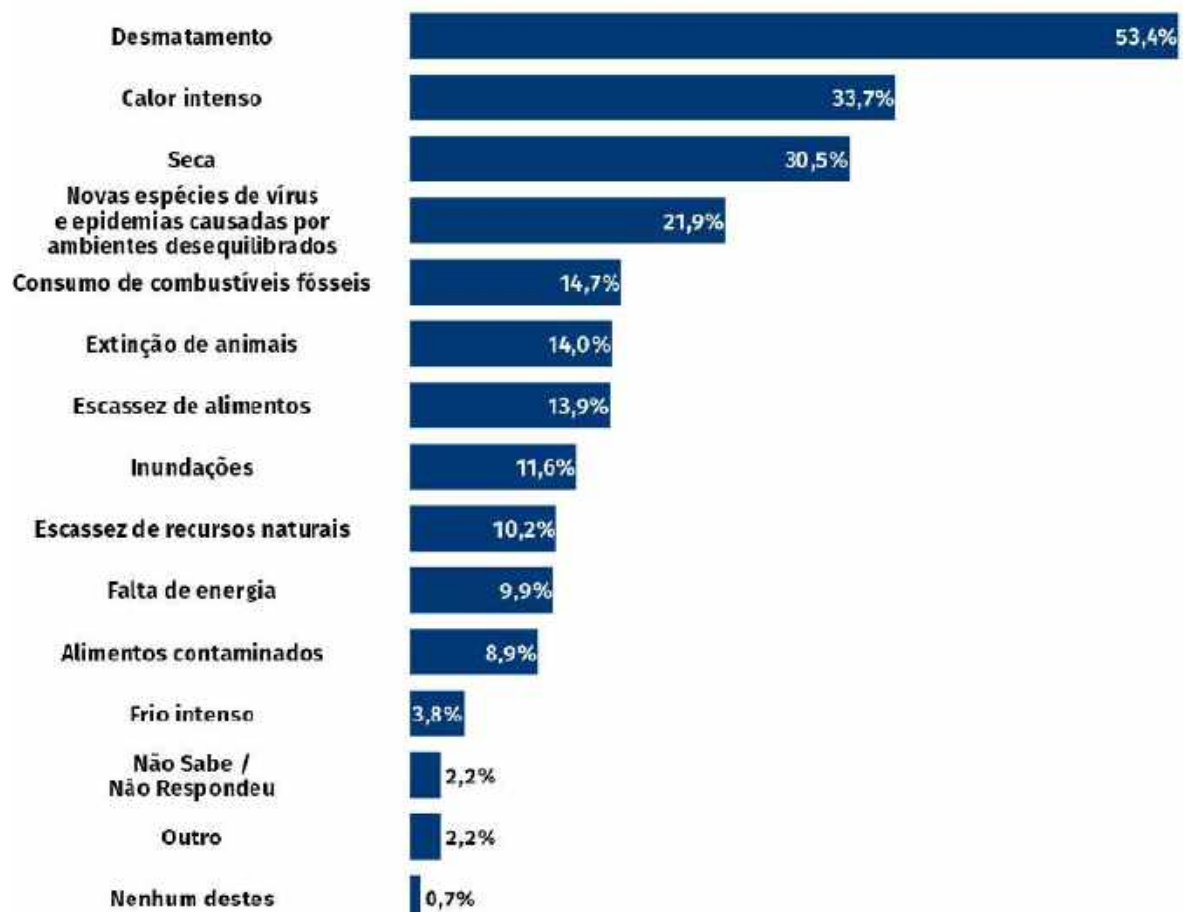
Figura 21: Expectativas sobre os problemas ambientais por faixa etária.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Por fim, passamos a pensar no cenário global e na identificação de quais serão os principais problemas ambientais do futuro (figura 22). O desmatamento desponta como a principal preocupação, mas calor intenso e seca estão na sequência. Cabe destacar também que os respondentes se preocupam com o surgimento de novos vírus e epidemias. Ou seja, os problemas de hoje só tenderam a se acentuar e a atingir dimensão global.

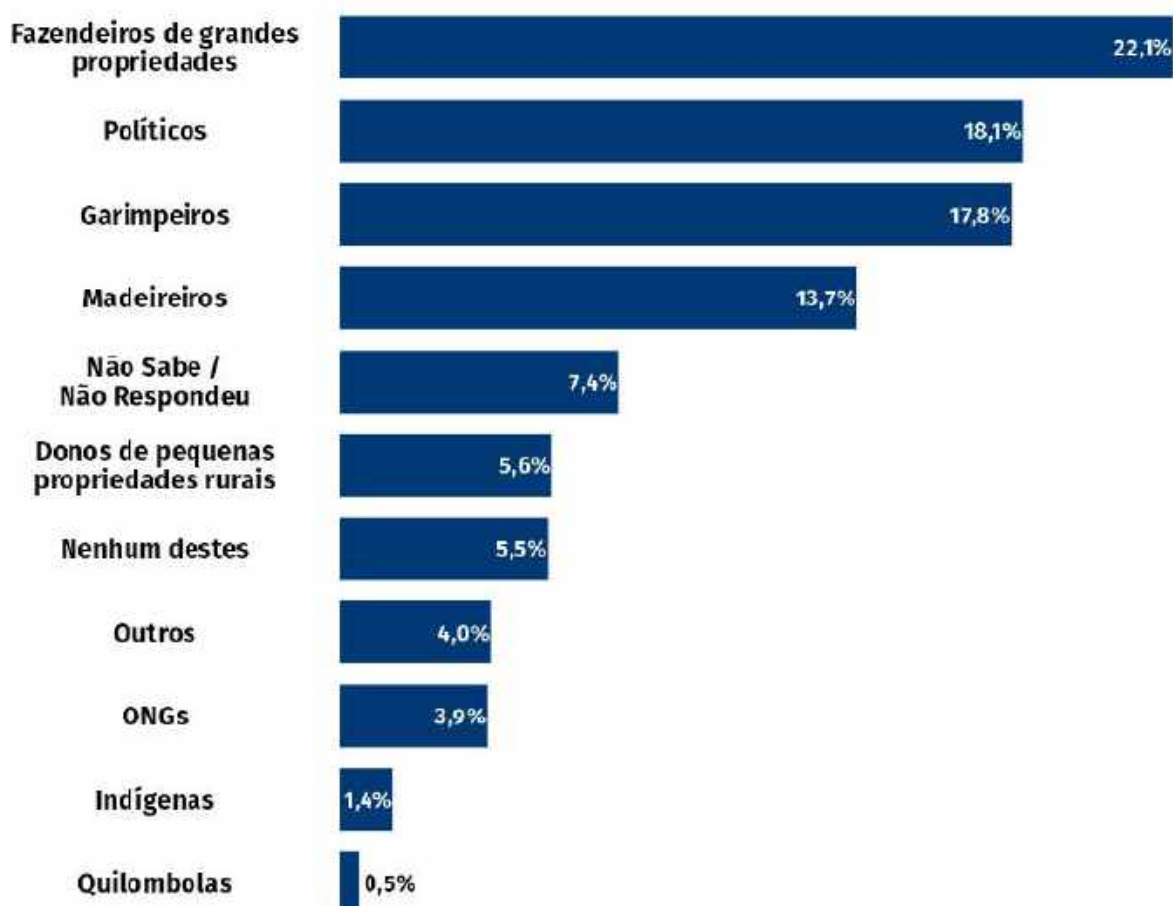
Figura 22: Principais problemas ambientais mais relevantes para a população mundial no futuro.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

A preocupação com o desmatamento nos leva a pensar em responsabilidades sobre o problema (figura 23). Esta é compartilhada, na visão dos respondentes, por fazendeiros das grandes propriedades rurais, políticos, garimpeiros e madeireiros. Estes são os grandes vilões ecológicos na visão geral.

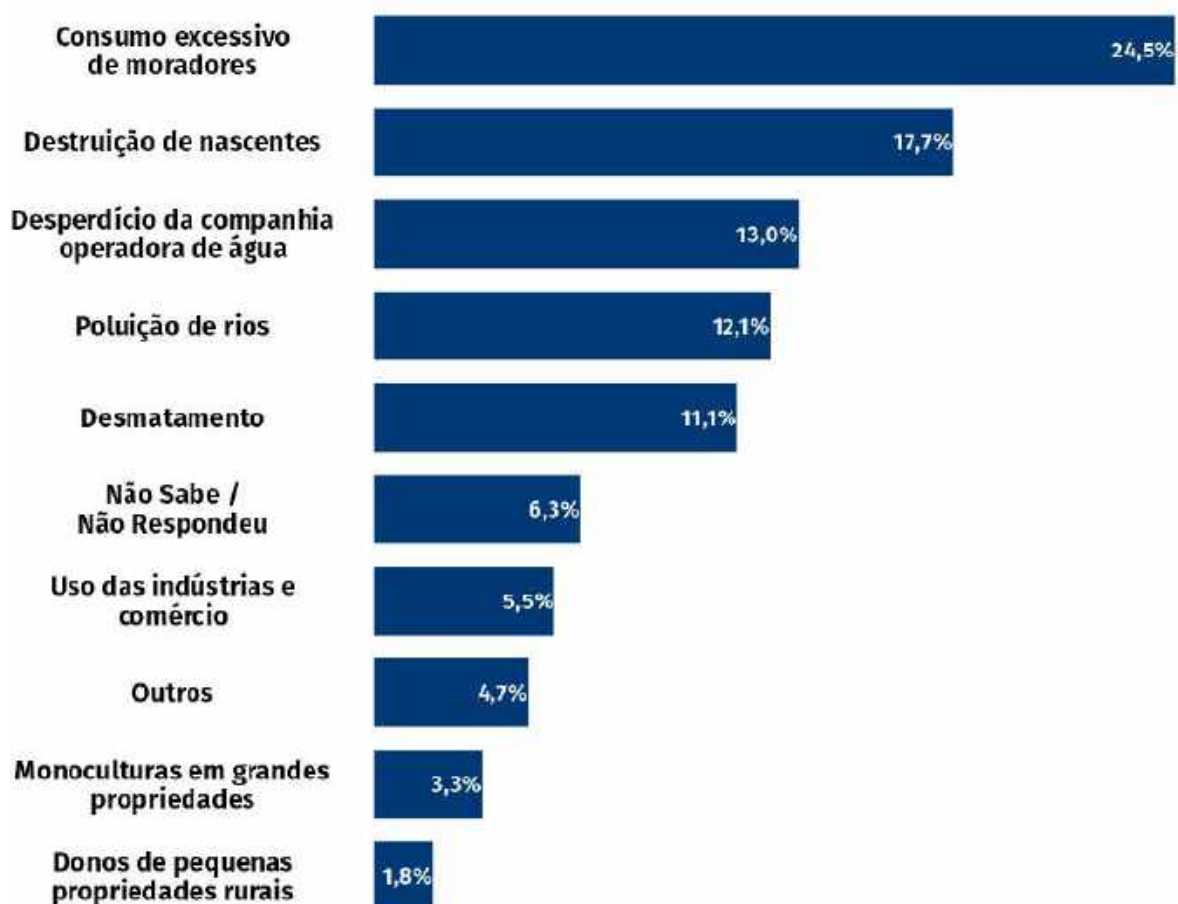
Figura 23: Responsabilidade sobre desmatamento e queimadas no Brasil.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

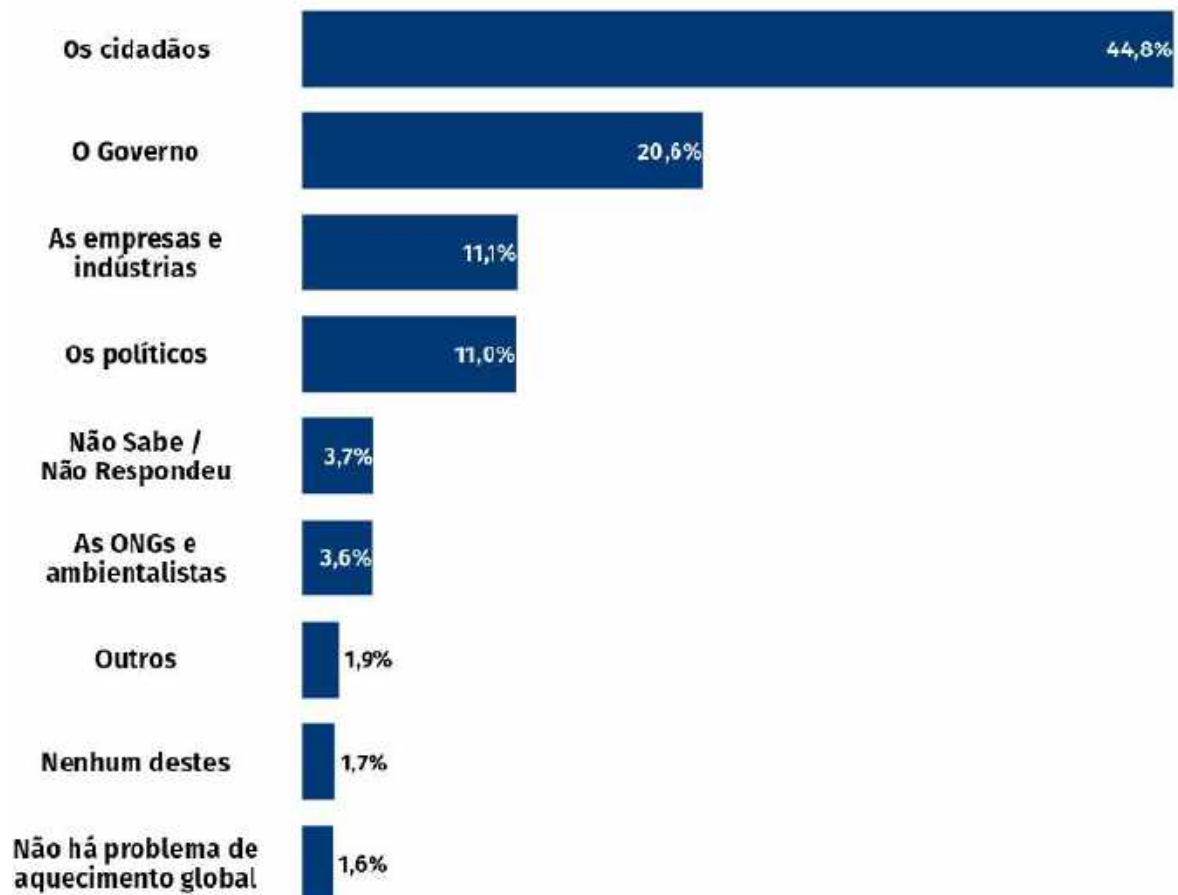
Já a falta de água é responsabilidade das próprias pessoas, que praticam um consumo irresponsável (figura 24). E são também as pessoas as principais responsáveis para diminuir os problemas climáticos, seguido do governo (figura 25). Ou seja, a atuação consciente e cotidiana das pessoas é fundamental para a melhoria da situação ambiental no mundo. Como vimos anteriormente, há muito pessimismo sobre essa atuação e baixas expectativas de melhora no futuro. O quadro não é animador.

Figura 24: Responsabilidade sobre falta de água nas cidades brasileiras.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Figura 25: Atores com capacidade de redução do problema do clima e aquecimento global.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Conclusão

A pesquisa de opinião pública realizada revela uma série de preocupações e percepções da população do DF em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida. Os resultados indicam que as questões ambientais estão cada vez mais em destaque na agenda pública, refletindo as mudanças climáticas e as preocupações com a conservação dos recursos naturais.

Uma descoberta importante é a diferença entre o que as pessoas afirmam fazer em relação a práticas sustentáveis e suas percepções sobre o comportamento da maioria da população. Isso sugere a existência de um viés de aceitabilidade social, onde as pessoas tendem a relatar comportamentos mais socialmente desejáveis do que realmente praticam.

Além disso, a pesquisa aponta para desigualdades significativas em relação ao acesso a bens públicos, como parques ecológicos, com maior frequência de uso nas cidades de renda mais alta. A qualidade ambiental nas áreas de habitação também varia, com as cidades de renda mais baixa enfrentando desafios como menor arborização e maior poluição sonora.

As expectativas para o futuro são predominantemente pessimistas, com a maioria dos respondentes acreditando que os problemas ambientais tendem a piorar. A preocupação com o desmatamento, o calor intenso e a seca são evidentes, assim como a percepção de que a responsabilidade recai principalmente sobre fazendeiros, políticos e garimpeiros, dentre outros.

Os resultados desta pesquisa destacam a importância da conscientização ambiental e da busca por soluções sustentáveis para enfrentar os desafios ambientais no Distrito Federal. A colaboração de todos os setores da sociedade é fundamental para promover a conservação dos recursos naturais e melhorar a qualidade de vida da população, diminuindo as desigualdades que tanto persistem em nosso território.